



RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE 2010 - JUNHO/2010

APRESENTAÇÃO: - Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.: Com pouco mais de um ano de atuação, a Agência de Fomento do Estado de São Paulo vem se consolidando como o instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o Estado. Criada pela Lei Estadual 10.853/01 e regulamentada pelo Decreto 52.142/07, a Agência de Fomento Paulista é parte integrante da Administração autorizada do Estado de São Paulo, que detém o controle acionário com 99,99% das ações. Com capital autorizado pelo Governo do Estado de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 600 milhões já estão integralizados, é vinculada à Secretaria da Fazenda e atua de forma integrada com as entidades do governo estadual, constituindo-se num mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação associados ao desenvolvimento econômico e social do Estado. **Missão:** "Promover o desenvolvimento sustentável do Estado, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras e de fomento". **PANORAMA DE MERCADO:** - **Análise Econômica:** O primeiro semestre de 2010 foi marcado pelo expressivo crescimento do PIB - 2,7% em relação ao último trimestre de 2009. Mesmo com a elevação da taxa de juros (Selic) pelo Banco Central, que recentemente elevou-a para 10,75% a.a., a previsão de crescimento do PIB para este ano é de 6,6%, podendo chegar a 7% a.a., segundo estimativas do próprio governo (IBGE) e corroborado por projeções da iniciativa privada. O volume de crédito também se apresenta em expansão, acumulando crescimento de 8,1% em 2010. Segundo o Banco Central, em junho deste ano, o volume de crédito atingiu R\$ 1,5 trilhão, representando 45,7% do PIB. Em junho de 2009, essa proporção era de 41,8%. **ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO:** Com o objetivo de apoiar a competitividade das empresas paulistas por meio do financiamento ao capital de giro e ao investimento, de forma a expandir a geração dos empregos e da renda, a Agência de Fomento Paulista atua por meio de acordos operacionais com órgãos de classe e entidades representativas, que recebem todas as orientações necessárias para viabilizar as linhas de crédito disponíveis e facilitar o acesso aos financiamentos para as pequenas e médias empresas. São nossos parceiros: SEBRAE, ABIMAQ, FIESP, FIECOMERCIO, FAESP, ACPSP, FACESP, ABRIESP, SIMPI, SINDIPEÇAS, ASSOCIAÇÃO LIMEIRENSE DE JOIAS, SINDIFRANCA, APAS, ASPACER, SINBI, SINTELMARK, SINDICALÇADOS JAU, ACERVIR, CECOMPI, SIMM, FIPASE e AJORESP, FCDLESP, ACIRP, ABRINQ, ABINEE, AIMPRO, ABRELP, Sindicato da Indústria de Calçados, Art. de Couro e Vestuário de Santa Cruz do Rio Pardo, entre outros. Além desses, a Agência de Fomento Paulista tem, ainda, acordo operacional firmado com a Indústria Romi, a Cooperação Andina de Fomento - CAF e, recentemente, com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. **Publico Alvo:** As linhas de financiamento atendem a empresas de pequeno e médio porte, dos setores produtivos: indústria, comércio, agronegócio e serviços, abrangendo aproximadamente 36 mil empresas do Estado de São

Paulo, que têm entre 30 a 499 funcionários e faturamento anual entre R\$ 240 mil a R\$ 100 milhões. As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Agência, por meio de linha de financiamento específica para o Setor Público. **DESEMPENHO OPERACIONAL:** - **Desempenho nos Negócios:** A Agência de Fomento Paulista contabilizou, desde a primeira operação de crédito, em junho de 2009, até 30/06/2010, mais de R\$ 114 milhões de desembolso, com 724 operações. Considerando o 1º semestre de 2010, o desembolso evoluiu 198% se comparado ao 2º semestre de 2009. Desse desembolso, 47% foram com recursos próprios e 53% com recursos de terceiros. O modelo de negócios via parcerias possibilita a agência atingir todo o território paulista e agiliza o processo de concessões de crédito. Com R\$ 137 milhões de limites de crédito aprovados, 80% vieram por meio dos parceiros. Até junho de 2010, 132 empresas de 35 cidades receberam recursos, sendo que: dos desembolsos, 23,0% foram liberados para empresas da cidade de São Paulo, 18,4% para Osasco, 18,2% para Santa Bárbara D'Oeste e 40,4% para demais cidades. O setor da indústria tem 80,5% de participação no desembolso total, seguido pelo comércio, com 11,0%, e pelos demais setores com 8,5%. O saldo da carteira de operações totalizou R\$ 76,1 milhões em 30/06/2010, com 94% da carteira classificados no Rating "AA" e "A". Considerando o vencimento, a carteira está composta com 53% de operações com vencimento de até 360 dias e 47% acima de 360 dias. Além dos produtos da carteira própria, a Agência de Fomento Paulista é agente credenciado do BNDES, tendo limite aprovado de R\$ 139 milhões para repasse de recursos de suas linhas e programas. **DESEMPENHO FINANCEIRO:** - **Análise dos Resultados:** No primeiro semestre de 2010, a Agência de Fomento Paulista registrou lucro líquido de R\$ 4,8 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 609,3 milhões, destaca-se a integralização de R\$ 200 milhões ao capital da agência, em março de 2010. O Retorno Anualizado sobre o PL Médio (ROAE), em 30/06/2010, é de 1,78%, impactado diretamente pelas taxas de juros praticadas pela Agência, que se apresentam muito abaixo do mercado. A receita bruta da intermediação financeira no período foi de R\$ 23,2 milhões, com uma despesa de R\$ 14,8 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 8,4 milhões. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A Agência de Fomento Paulista adota as boas práticas de Governança Corporativa para o cumprimento de sua missão institucional e segue os quatro princípios fundamentais da governança corporativa: transparência; equidade; prestação de contas e responsabilidade corporativa. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação estratégica da Agência e, em conjunto com a Diretoria Colegiada, que exerce a administração geral, assegura o seu funcionamento em consonância aos objetivos traçados. A Agência tem um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. Composto por quatro membros e suplentes, o Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre

que convocou por qualquer de seus membros ou pela Diretoria. **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** Consciente das responsabilidades socioambientais, a Agência de Fomento Paulista tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Como protagonista na execução da Política Estadual das Mudanças Climáticas do Governo do Estado de São Paulo, lançou, em março de 2010, a **Linha de Financiamento Economia Verde**, que tem como objetivo financiar projetos dos diversos setores produtivos da economia paulista que proporcionem a redução das emissões de gases de efeito estufa. **GESTÃO DE PESSOAS:** Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Agência de Fomento Paulista conta com 102 colaboradores ativos, incluindo a Diretoria. No 1º semestre de 2010, foram investidos R\$ 168 mil em programas educacionais e treinamentos, perfazendo um total de 40 horas/aula por colaborador. Os graduados ocupam 96% do quadro, sendo 27,5% pós-graduados. A média da idade é de 35 anos e 58% dos cargos comissionados são ocupados por mulheres. **DESTAQUES 2010:** - **Seminário Economia Verde:** Realizado em março de 2010, em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o seminário "Política de Mudanças Climáticas: Um caminho para a Economia Verde" foi um marco nas atividades da Agência de Fomento Paulista. Com a participação de especialistas no assunto, foram debatidos o atual modelo de produção paulista e as mudanças que precisam ser feitas para a implantação de uma economia de baixo carbono no Estado. - **Concurso de Ideias:** Lançado no Seminário Economia Verde, o Concurso de Ideias e Projetos "Economia Verde" tem o objetivo de estimular o desenvolvimento de projetos que reduzam a emissão dos gases de efeito estufa (GEEs). A Agência de Fomento Paulista premiará os melhores projetos apresentados e financiará os que forem aderentes à sua política de crédito. - **Linha Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas:** No 1º semestre de 2010, foram lançados novos produtos para atender os diversos setores da economia paulista, bem como foram aprimoradas, para alguns produtos já existentes, as condições de concessão de crédito e financiamento com novos prazos e carências. Dentre os lançamentos, destacamos a Linha Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas, aberta para empresas estabelecidas em cidades do Estado de São Paulo atingidas por enchentes, incêndios e demais desastres provocados por fenômenos da natureza: 61 empresas das cidades de São Luiz do Paraitinga e São José do Rio Preto foram atendidas por meio dessa linha, totalizando mais de R\$ 2,6 milhões de desembolsos em 2010. São Paulo, 19/08/2010

Milton Luiz de Melo Santos
Diretor Presidente
Paulo Roberto Penachio
Diretor de Infraestrutura e Tecnologia Informação

Claudio Oliveira Torres
Diretor Financeiro e de Crédito
Daniela Lunetta
Diretor de Fomento

Balanços patrimoniais - Em 30 de junho de 2010 e de 2009 (Em milhares de Reais)			
	2010	2009	
Ativo			
Circulante	52.072	209.241	
Disponibilidades	311	4	
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	9.809	-	
Aplicações no mercado aberto	9.809	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos			
Carteira própria (Nota 4)	1.707	208.437	
Operações de crédito (Nota 5)			
Operações de crédito	39.996	109	
(-) Provisão para operações de crédito	(40.147)	109	
Outros créditos			
Diversos	249	684	
Outros valores e bens			
Despesas antecipadas	7	-	
Não circulante	615.055	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos			
Carteira própria (Nota 4)	579.270	-	
Operações de crédito (Nota 5)	35.785	-	
Operações de crédito	35.962	-	
(-) Provisão para operações de crédito	(177)	-	
Permanente	412	19	
Imobilizado de uso			
Outras imobilizações de uso	290	19	
(Depreciações acumuladas)	(9)	-	
Intangível			
Gastos de organização e expansão	122	-	
(Amortização acumulada)	(13)	-	
Total do ativo	667.539	209.260	
Passivo			
Circulante			
Depósitos vinculados	25.444	5.112	
Depósitos	1.633	-	
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	13.071	-	
BNDES	7.943	-	
FINAME	5.128	-	
Outras obrigações (Nota 7)			
Cobrança e arrecadação de tributos	10.740	5.112	
Obrigações sociais e estatutárias	23	-	
Obrigações fiscais e previdenciárias	780	-	
Diversos	3.137	3.991	
Não circulante			
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	32.819	1.121	
BNDES	15.465	-	
FINAME	17.354	-	
Patrimônio líquido			
Capital social	609.276	204.148	
Ações ordinárias - País	600.000	200.000	
Reservas de lucros	9.276	4.148	

Demonstrações de Resultados - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)			
	1º semestre de 2010	1º semestre de 2009	
Receita da intermediação financeira			
Operações de crédito	23.955	12.428	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.351	-	
Despesas da intermediação financeira			
Operações de empréstimos e repasses	21.604	12.427	
Provisão para operações de crédito	(769)	-	
Operações de empréstimos e repasses	(473)	-	
Provisão para operações de crédito	(296)	-	
Resultado bruto da intermediação financeira			
Outras receitas/despesas operacionais	23.186	12.428	
Rendas de tarifas bancárias	(14.756)	(4.784)	
Despesas de pessoal	323	-	
Outras despesas pessoais	(6.861)	(3.895)	
Outras despesas administrativas	(7.244)	(309)	
Despesas tributárias	(1.223)	(580)	
Outras receitas operacionais	290	-	
Outras despesas operacionais	(41)	-	
Resultado operacional	8.430	7.644	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	8.430	7.644	
Imposto de renda e contribuição social	(3.598)	(3.496)	
Provisão para imposto de renda	(2.083)	(2.182)	
Provisão para contribuição social	(1.276)	(1.314)	
Participações estatutárias no lucro	(300)	-	
Lucro líquido	4.771	4.148	
Juros sobre capital próprio	(985)	-	
Provisão para contribuição social	-	-	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)						
	Reservas de lucros				Lucros ou prejuízos acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de capital	Legal	Especiais de lucro		
Integralização inicial de capital em 08/12/2008	-	200.000	-	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 11/02/2009	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	4.148	4.148
Destinações:						
Reservas	-	-	207	3.941	(4.148)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30/06/2009	200.000	-	207	3.941	-	204.148
Mutações do período	200.000	-	207	3.941	-	204.148
Saldos em 01/01/2010	400.000	-	360	5.130	-	405.490
Aumento de Capital	-	200.000	-	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 24/03/2010	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	4.771	4.771
Destinações:						
Reservas	-	-	238	3.548	(3.786)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(985)	(985)
Saldos em 30/06/2010	600.000	-	598	8.678	-	609.276
Mutações do período	200.000	-	238	3.548	-	203.786

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)			
	1º semestre de 2010	1º semestre de 2009	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/período	4.771	4.148	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	315	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	296	-	
Depreciação e amortização	19	-	
Lucro ajustado do semestre/período	5.086	4.148	
Variação ativo/passivo	(201.984)	(203.099)	
(Aumento)/redução em TVM	(198.405)	(207.411)	
(Aumento)/redução operações de crédito	(54.940)	(109)	
(Aumento)/redução outros créditos	1.276	(684)	
(Aumento)/redução outros valores e bens	3	(7)	
Aumento/(redução) depósitos	1.619	-	
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	45.889	-	
Aumento/(redução) outras obrigações	2.574	5.112	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(196.898)	(198.951)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(199)	-	
Aplicações no intangível	(51)	(19)	
Caixa líquido das atividades de investimentos	(250)	(19)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aporte inicial de capital	-	200.000	
Aumento de capital	200.000	-	
Juros sobre o capital próprio pagos/provisionados	(985)	-	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	199.015	200.000	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.867	1.030	
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9.960	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	11.827	1.030	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.867	1.030	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia pública, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. As operações são regulamentadas pela Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, de emissão do Conselho Monetário Nacional - CMN. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009. Sua missão é a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras de fomento. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de: I. Fundos governamentais; II. Orçamento estadual; III. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento. Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os preceitos do Conselho Federal de CFC, as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. Em 13/08/2010, a Administração aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo. **3. Principais práticas contábeis:** **a. Receitas e despesas:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas com receita efetiva, somente na data do seu recebimento. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2010, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:
Caixa e saldos em bancos - Moeda nacional 311
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento 9.809
Aplicações em Operações Comissadas 1.707
Total 11.827
c. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001 em seu art. 1, estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado, entretanto nas Agências de Fomento ficam dispensadas desta prática. Os Fundos de Investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador. **d. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito:** As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações. Não serão apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias, sendo apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso. A classificação das operações e constituição de provisão das operações de crédito, foram efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2882, do Banco Central do Brasil. **e. Ativo imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de: • 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso; • 20% para o intangível. **f. Demais ativos passivos:** São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. **g. Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano. A contribuição social foi calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%. As contribuições ao PIS e COFINS são efetuadas mensalmente pelas alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente, tendo como base o resultado bruto da intermediação financeira, conforme legislação em vigor. A Receita Federal, no entanto, por suas Delegacias Regionais, tem adotado interpretação segundo a qual as Agências de Fomento estariam sujeitas a adoção do regime não-cumulativo de apuração do PIS e do COFINS, pelo qual tais contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas Agências, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% e 7,6%. A alíquota do Imposto de Renda permaneceria em 25%, sendo que na alíquota da Contribuição Social haveria uma redução, passando a 9%. Em Reunião da Assembléia Geral da ABDE - Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, realizada no dia 13 de maio de 2010, deliberou-se a contratação pela entidade, de Escritório de Advocacia Especializado para ingressar com Mandado de Segurança, objetivando o reconhecimento do direito das Agências de Fomento apurarem as contribuições para o programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), nos mesmos moldes aplicáveis às Instituições Financeiras. **h. Contingências:** A instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
• Composição da carteira:

	Curto prazo		Longo prazo	
	Junho de 2010	Junho de 2009	Junho de 2010	Junho de 2009
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	207.411	579.270	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.707	1.026	-	-
Total	1.707	208.437	579.270	-

As Cotas do Fundo de Renda Fixa são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 30 de junho de 2010 e 2009, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **5. Operações de crédito:** A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	Junho de 2010	Junho de 2009
Empréstimos - Recursos Próprios	24.338	-
Empréstimos - Repasses	23.536	-
Títulos descontados - Recursos Próprios	4.888	109
Financiamentos - Recursos Próprios	794	-
Financiamentos - Repasses	22.553	-
Total da carteira	76.109	109

Composição por faixa de vencimento:

	Junho de 2010	Junho de 2009
Parcelas vindendas	76.074	109
Até 180 dias	20.117	109
De 181 a 360 dias	20.030	-
Acima de 360 dias	35.927	-
Parcelas vencidas	35	-
Até 60 dias	35	-
Total da carteira	76.109	

...Continuação

Nossa Caixa Desenvolvimento Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social		
	Junho de 2010	Junho de 2009
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	8.430	7.644
Participação dos empregados	(300)	-
Resultado após a participação dos empregados	8.130	7.644
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alquotas de 25% e 15%, respectivamente	(3.252)	(3.057)
Ajuste para Cálculo de IR e CSLL	(481)	(439)
Provisões	(357)	(438)
Contribuições a entidades de classe	(26)	(11)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(118)	-
Outras exclusões	20	10
Juros sobre capital próprio	394	-
Imposto de Renda e CSLL	(3.339)	(3.496)
Constituição de diferido fiscal	-	-
Despesa de IR e CSLL	(3.339)	(3.496)

A contribuição social sobre o lucro líquido corrente soma o montante de R\$ 1.256, no entanto, ocorreu um ajuste de exercício anterior de R\$ 20, totalizando em R\$ 1.276 a despesa com contribuição social sobre o lucro líquido no semestre. **14. Limites operacionais:** O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou, em 2007, as Resoluções 3.444 e 3.490, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. A Nossa Caixa Desenvolvimento encontra-se devidamente enquadrada aos limites

operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente. Em 30/06/2010, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 518.000 ao mínimo exigido. O Índice de Basileia apurado é de 530%, enquanto o mínimo exigido é de 11%. (Em 30/06/2009 o Índice de Basileia estava representado por 4.892%). **15. Transações com partes relacionadas:** Nos semestres findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, a instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas. O pessoal-chave da Instituição (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) recebeu no 1º semestre de 2010 o montante de R\$ 1.123, referentes a benefícios de curto prazo. No 1º semestre de 2009, o valor correspondente foi de R\$ 594. **16. Contingências:** A Instituição não possui contingências ativas ou passivas classificadas como perda provável e registradas em suas demonstrações financeiras. **17. Gerenciamento de riscos: Estrutura de gerenciamento de riscos:** Na Nossa Caixa Desenvolvimento, o gerenciamento dos riscos é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência. Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance. Os Relatórios de Descrição das Estruturas de Gerenciamento do Risco Operacional e do Risco de Mercado estão disponíveis ao público na sede da instituição. **Risco de mercado:** A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado. O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia. Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de

acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil. **Risco de crédito:** A Nossa Caixa Desenvolvimento segue o cronograma para implementação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, conforme determina a Resolução CMN nº 3.721, de 30/04/2009. Em abril/2010, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco. Os procedimentos devem ser implementados até outubro/2010 e, para tanto, estão sendo definidos os parâmetros para homologação dos sistemas utilizados. O acompanhamento da carteira baseia-se, atualmente, na segmentação e evolução da carteira de crédito e respectivo provisionamento, com a coleta e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras. O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular BACEN nº 3.360, de 2007. **Risco operacional:** Após o início das atividades da Nossa Caixa Desenvolvimento, providências vêm sendo adotadas, continuamente, a fim de aperfeiçoar a operacionalização das atividades e minimizar o risco operacional. A contratação de novos funcionários, através de concurso público, o treinamento do corpo funcional, a adequação da infraestrutura de tecnologia ao ambiente atual, o início do mapeamento de riscos, a interação contínua entre a auditoria interna e a gestão de riscos e o acompanhamento sistemático da divulgação de normativos pelos órgãos reguladores têm sido fundamentais no processo de gestão do risco operacional. No tocante à alocação de capital, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.383, de 2008. Para esse cálculo, a Nossa Caixa Desenvolvimento optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

DIRETORIA		CONTADOR		
-----------	--	----------	--	--

Milton Luiz de Melo Santos	Cláudio de Oliveira Torres	Paulo Roberto Penachio	Daniele Lunetta	Lucivaldo Pereira Lima - CRC 1SP258038/P-6
-----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	------------------------	---------------------------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL				
----------------------------	--	--	--	--

Os membros do Conselho Fiscal da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2010, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

São Paulo, 16 de agosto de 2010.

CARLOS HENRIQUE FLORY - Conselheiro	HUMBERTO BAPTISTELLA FILHO - Conselheiro
NEIDE BERTEZINI - Conselheira	FABIO GOMES CUNHA - Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
--------------------------------------	--

O Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2010

MAURO RICARDO MACHADO COSTA Presidente do Conselho	JOÃO DE ALMEIDA SAMPAIO FILHO - Conselheiro	ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO - Conselheiro
FRANCISCO VIDAL LUNA - Conselheiro	MILTON LUIZ DE MELO SANTOS - Conselheiro	
LÍDIA GOLDENSTEIN - Conselheira		

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e acionistas da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo - SP
Examinamos o balanço patrimonial da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., levantado em 30 de junho de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondente ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 30 de junho de 2010 o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações contábeis da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer sem ressalvas, foi emitido em 17 de julho de 2009.

São Paulo, 13 de agosto de 2010
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

29,7 X 13 cm